



Cristina Matavel

44º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Cristina Matavel: chegou à EMATUM como técnica e saiu como PCE a receber 400 mil MT/mês e hoje diz que a empresa não era viável

- No último dia da semana, o tribunal ouviu a declarante Cristina Matavel, gestora de profissão e reformada do Instituto de Gestão e das Participações do Estado (IGEPE). Conta que entre Agosto de 2013 e Novembro de 2016 trabalhou na EMATUM, tendo exercido várias funções, desde técnica, directora financeira, directora-geral, até presidente da comissão executiva da empresa.

A declarante disse que, numa primeira fase, foi solicitada pelo então PCA do IGEPE, Apolinário Panguene, para ir apoiar a instalação da EMATUM, tendo feito trabalhos como o registo da empresa na Autoridade Tributária para o início da actividade e o registo da empresa no Ministério do Trabalho para a obtenção do trabalho. Tendo verificado que as instalações arrendadas eram precárias, teve que fazer o acompanhamento da remodelação que estava a ser executada por um arquitecto que havia sido contratado. “Este trabalho prolongou-se até 2014”.

Cristina Matavel explicou que durante o tempo em que estava a apoiar a instalação da EMATUM verificou que nos estatutos da empresa, a assembleia-geral ordinária de apresentação de contas do ano anterior deveria ter sido realizada até Março de 2014. “Nessa altura não havia nada preparado. Foi quando preparei as contas de 2013 e a assembleia-geral realizou-se em Junho de 2014. Já não era uma assembleia ordinária porque, segundo os estatutos, já estava fora do período.”

Depois da assembleia-geral de Junho de 2014, foi informada de que as primeiras cinco (5) embarcações estavam prestes a chegar, concretamente no mês de Julho. “Veio a aflição porque não havia ninguém para pilotar os barcos. Era necessário recrutar marinheiros. Fizemos isso aqui em Moçambique, com a ajuda de uma empresa de recrutamento. Mas havia uma questão: a pesca do atum exige algumas técnicas e naquela altura não foi possível encontrar, dentro do País, pessoas com capacidades para o efeito. Tivemos que

contratar capitães estrangeiros de várias nacionalidades”.

Por essas razões, a declarante concluiu dizendo que a “EMATUM começou do fim”. Ou seja, recebeu embarcações antes de criar as condições necessárias para as operações de pesca. “Todas as condições foram criadas depois da chegada dos barcos. Os barcos chegaram, mas não tínhamos como começamos a pescar. E os custos começaram a avolumar-se porque os barcos estavam atracados”.

A declarante lembra ainda que quando as embarcações chegaram a Moçambique, o Instituto Nacional da Marinha (INAMAR) fez recomendações e era preciso fazer algumas adequações. “Pelo tipo de pesca que seria feita, o INAMAR deu uma lista de adequações que deviam ser feitas nas embarcações. Esse trabalho foi feito de Julho até ao início das operações de pesca, a 6 de Dezembro de 2014. O primeiro barco saiu para a pesca a 6 de Dezembro de 2014 e regressou ao Porto de Pesca de Maputo em Janeiro de 2015”.

Durante o tempo em que esteve na EMATUM, Cristina Matavel disse que a empresa produziu 284 toneladas de atum. Maior parte da produção (172 toneladas) foi exportada para vários países, como China, Uruguai, Espanha e Índia. Em termos de receitas, a declarante indicou que foram 54 mil dólares e cerca de 290 mil euros. Cerca de 49 toneladas foram vendidas dentro do País, mas a declarante não precisou as receitas.

“A nossa produção era pouca, porque além de produzir, tínhamos que formar as equipas. Fizemos 66 fainas, umas curtas e outras lon-

gas. A autonomia das embarcações era de 25 dias no mar, mas não permaneciam durante esse período. Um dos factores era a capacidade instalada dos tanques de água que só servia para 10 dias. Nos trabalhos de adequação, tivemos que acrescentar tanques de águas”.

Cristina Matavel defendeu que as autoridades marítimas deveriam ter sido envolvidas no processo de fabrico de embarcações. “Quando recebemos as recomendações da INAMAR, informamos ao fornecedor, Abu Dhabi Mar, mas nunca atendeu às nossas reclamações. Eles não aceitaram fazer as adequações e alegavam que fabricaram os barcos de acordo com as especificações constantes do contrato de fornecimento. E voltaram a mandar outros lotes de barcos com as mesmas necessidades de adequações. Tivemos que pagar pelo trabalho de adequação, o que significou mais custos para a empresa. As artes de pescas que vinham com as embarcações não serviam e tivemos que comprar outras”.

No dia 10 de Setembro de 2014, Cristina Matavel foi designada para trabalhar exclusivamente na EMATUM. “Antes trabalhava simultaneamente no IGEPE e na EMATUM. No IGEPE era directora financeira. Não era fácil para mim conciliar as duas funções, pois sempre era solicitada nos dois sítios. Fui ter com o PCA do IGEPE e ele autorizou-me a trabalhar exclusivamente para a EMATUM. E deixei de receber salário no IGEPE”. Como presidente do conselho executivo, último cargo que ocupou na EMATUM, Cristina Matavel recebia 400 mil meticais por mês. Recebeu uma viatura de marca Amarok VW, como parte de incentivos.

Dos problemas das embarcações aos altos custos da dívida e das operações que inviabilizaram a EMATUM

A declarante confirmou que as três embarcações de arrasto, os chamados arrastões, nunca foram usadas. “Não sei como é que foi desenhado o processo de aquisição de meios. Mas se os arrastões eram para a captura da isca, deveriam ter chegado antes de modo que quando as outras embarcações chegassem já existisse a isca. Não houve um trabalho prévio para identificar o local onde ocorre a isca de atum no Oceano Índico. Segundo especialistas, era necessário usar a lula europeia ou o carapau da Namíbia como isca para a pesca do atum. “Tentamos rentabilizar as três embarcações arrastões, mas ninguém mostrou interesse em alugar”.

Cristina Matavel disse que para além dos barcos de pesca, o contrato de fornecimento contemplava outros meios estranhos à actividade piscatória, como embarcações Ocean Eagles. “Até à minha saída da EMATUM, nunca tinha percebido muito bem o contrato



de fornecimento. Havia coisas previstas no contrato que não estavam a ser cumpridas, como a questão de formação e montagem de centro de comando e controlo. Tivemos que montar um contentor para a direcção de operações no Porto de Pesca de Maputo, que servia de centro de comando e controlo”.

Segundo Cristina Matavel, cada barco de pesca de atum custou 22.302.000 dólares, o que significa que o total a pagar eram 535.248.000 de dólares. “O valor estava abaixo da dívida da EMATUM, no valor de 850 milhões de dólares. A EMATUM tinha comprado 24 embarcações, sendo 21 de pesca e três arrastões. Nunca tive explicação do fim para o qual tinha sido aplicado o valor da diferença”. Entretanto, mais tarde foi informada de que outro valor tinha sido usado na compra de outros meios.

Da análise da estrutura e funcionamento da empresa que fez, a declarante disse ter cons-

tatado que a mesma era inviável por várias razões, a destacar, desde logo, a dívida que era extremamente alto, o tempo de amortização que era muito curto (sete anos), com o agravante de que o período de graça também era muito curto (seis meses), com taxas de juro altos (6%). “Para mim, quando uma empresa vai pedir financiamento tem que ter capacidade de reembolsar esse valor, ou negociar um período de graça longo até começar a produzir para poder pagar a dívida”.

A inviabilidade da EMATUM tem ainda que ver com os altos custos de seguros, pois trimestralmente cada barco pagava cerca de 44 mil dólares. “O seguro dos barcos está indexado ao preço da aquisição e no ramo marítimo não há terceiros. Ou seja, há mais danos próprios do que de terceiros. É por isso que o objecto de seguro é o casco. A nossa seguradora era a EMOSE. Mas a EMOSE fez o

resseguro e passou para uma empresa sediada em Londres, que mandou um técnico em Setembro de 2015 para fazer a verificação e produziu um relatório com uma lista de recomendações. Este relatório foi partilhado com o fornecedor, a Abu Dhabi Mar, mas este não se pronunciou. Agora os barcos estão a descoberto, isto é, não estão assegurados”.

Outros custos estão relacionados com o preço de atracação, que eram 258 dólares diários por cada barco. “O custo inicial de atracação por cada barco era de 305 dólares por dia. Negociamos até atingir os 258 dólares por cada embarcação. O custo de atracação é uma taxa que é paga pela prestação de serviços, como desembarque e abastecimento para uma nova faina. Mas os custos eram altos porque os barcos da EMATUM não saíam para a faina, estavam permanentemente atracados no Porto de Pesca de Maputo”.

As injeções milionárias de dinheiro público na EMATUM

Quando a EMATUM começou com as operações em Dezembro de 2014, já havia juros vencidos e pagos em Março do mesmo ano. Segundo informação que a declarante alega ter recebido do então PCA António Carlos do Rosário, foi o fornecedor (grupo Privinvest) que pagou o valor de 53 milhões de dólares. “Nunca percebi como é que um fornecedor paga juros da empresa contratante. Depois de muito tempo, a Abu Dhabi Mar, a empresa fornecedora, mandou uma carta informando que o valor de 53 milhões de dólares que usou para pagar o juro da EMATUM era subsídio para as operações”.

Para o início das actividades da EMATUM, o fornecedor (Abu Dhabi Mar) transferiu cerca de três milhões de dólares e mais tarde um

milhão de euros. “Este dinheiro era da EMATUM, por isso consideramos como subsídio e não como dívida. A Abu Dhabi Mar não forneceu todos os equipamentos constantes do contrato de fornecimento, pelo menos até à minha saída da EMATUM. Então, fomos abatendo no valor pago”.

No dia 14 de Fevereiro de 2015, o IGEPE creditou 20 milhões de dólares a favor da EMATUM, numa conta domiciliada no Moza Banco. “Eram assinantes da conta o então administrador Henrique Gamito e o então PCA António Carlos do Rosário”. Os 20 milhões de dólares foram creditados a título de suprimentos, sendo que 4.337.500 dólares destinavam-se ao funcionamento da empresa, e 15.772.500 dólares foram transferidos para

o Credit Suisse para o pagamento do serviço da dívida. “As receitas eram ínfimas para fazer face aos altos custos que existiam, por isso o IGEPE, na qualidade de accionista do IGEPE, mandou esse valor que devia ser tratado como suprimento”.

Ainda para o serviço da dívida, a EMATUM recebeu, no dia 16 de Março de 2015, da Direcção Nacional do Tesouro, o valor de 383.984.500 meticais e, no dia 20 de Abril de 2015, o valor de 13.251.300 meticais, na conta da empresa domiciliada no Banco Nacional de Investimentos (BNI). A EMATUM recebeu ainda dinheiro do outro accionista, a GIPS (empresa ligada ao Serviço de Informação e Segurança de Estado), a título de suprimentos, no valor de 40 milhões de meticais.

Da assumpção da parte da dívida da EMATUM pelo Estado ao falhanço da revitalização da empresa

No dia 14 de Julho de 2014, a Direcção Nacional do Orçamento mandou uma carta à EMATUM informando que o Estado assumia uma parte da dívida, no valor de 350 milhões de dólares. A justificação foi de que o valor tinha sido usado para a aquisição de equipamentos que visavam a prossecução do interesse público. A EMATUM ficava, então, com uma dívida de 500 milhões de dólares.

Em Junho de 2015, numa reunião orientada pela então Directora Nacional do Tesouro (Isaltina Lucas), a declarante conta que foram informados de que havia uma inversão da divisão da dívida dos 850 milhões de dólares: o Estado passava a assumir 500 milhões de

dólares e a EMATUM ficava com 350 milhões de dólares. Foram ainda informados de que a empresa iria assinar um acordo de retrocessão com o Estado.

“Devido a essa confusão da divisão da dívida, era necessário corrigir o valor pago pelos barcos para conformá-lo com a nova dívida de 350 milhões de dólares. Uma vez que o valor total dos 24 barcos estava acima dos 500 milhões de dólares, era preciso baixar o preço por unidade para totalizar 350 milhões de dólares. Mas ninguém teve coragem de fazer. Fiz uma carta à Direcção Nacional do Tesouro, a 13 de Novembro de 2015, a pedir documentos para efeitos de contabilização do empréstimo. Mas não

obtivemos a resposta e, por essa razão, não houve fecho de contas do exercício económico de 2015”.

Depois da inversão da divisão da dívida, a declarante conta que trabalhou na preparação do plano de negócios, com a ajuda da empresa Ernest & Young, para operacionalizar a EMATUM, tendo em conta a nova dívida de 350 milhões de dólares. “Mas não avançamos com o plano de negócios porque o mesmo previa que havia necessidade de mais de 60 milhões de dólares para fundo de maneio. Fomos apresentar o plano de revitalização da EMATUM ao Ministro da Economia e Finanças (Adriano Maleiane), mas ele não disse nada. Nem sim, nem não”.

“Minha passagem pela EMATUM foi um homicídio profissional”

Cristina Matavel contou que, no dia 8 de Janeiro de 2016, data em que se realizou a assembleia-geral extraordinária que para deliberar a sua saída da EMATUM, faltavam ainda dois anos para o término do seu mandato como presidente da comissão executiva e dois meses para a prestação de contas do exercício económico do ano anterior, conforme os estatutos da empresa.

“Pedi que me dessem a oportunidade de prestar contas, mas não me foi dado tempo para ficar até Março de 2016, o mês de encerramento das contas. A PCA do IGEPE, Ana Senda Coanai, disse que era dispensável o fecho das contas e eu pedi que essa decisão constasse da acta da assembleia-geral. Fiz esse pedido porque eu entendia que devia sair com contas fechadas. Não sei o que é que eu fiz ou deixei de fazer para merecer aquele tratamento”.

A declarante fez saber que quando quis fazer a reestruturação da dívida da EMATUM foi ter com o BNI e a Ernst & Young. “Assinamos um memorando de entendimento, mas a primeira coisa que recebi foi um representante do banco russo VTB. Ele foi bater à minha porta para perguntar como é que estávamos a reestruturar uma dívida da qual o VTB faz parte sem o informar. Mas eu não sabia que o empréstimo era sindicado, pensei que só era o



Cristina Matavel dialogando com a advogada Alice Mabota



Cristina Matavel em conversa com o reu Teófilo Nhangumele

Credit Suisse”. Após a visita do representante do banco VTB enviou um email ao então PCA da EMATUM, António Carlos do Rosário, com o seguinte teor: “Camarada PCA, hoje recebi a visita do senhor Roberto que disse ser representante do VTB e eu não sabia que a dívida tivesse sido sindicada. Eu vim aqui para ajudar e, para isso, gostaria de saber a verdade”.

Cristina Matavel considerou que a sua passagem pela EMATUM “foi um homicídio profissional”. E desabafou: “Não foi fácil. Quando a PCA do IGEPE foi nomeada, pedi um encontro para falar com ela. Mas ela me recebeu na sala de reuniões onde estavam outros funcionários do IGEPE. Expliquei tudo o que disse aqui. Passado pouco tempo, ela chamou-me para avisar-me que eu ia cessar as funções. E de facto marcou-se uma assembleia-geral para 8 de Janeiro de 2016, dia em que cessei funções”.

Na quinta-feira, o declarante Apolinário

Panguene, então PCA do IGEPE, disse ao tribunal que em 2015 visitou as instalações da EMATUM e foi informado pela senhora Cristina Matavel que não devia chegar à cave do edifício porque estava armazenado material de defesa. Confrontada com estas declarações, Cristina Matavel disse que o antigo PCA do IGEPE mentiu ao tribunal. “Mentiu vergonhosamente e nem sei porquê razão escolheu a mim. Para começar, o edifício onde funcionava a EMATUM não tinha cave. Ele era meu superior hierárquico e eu não tinha poderes para o impedir de aceder a qualquer compartimento da empresa”.

Uma vez que os declarantes estão proibidos por lei de prestar falsas declarações, o juiz Efigénio Baptista disse que se o tribunal concluir que Apolinário Panguene mentiu, vai extrair cópias das suas declarações e remeter ao Ministério Público para instaurar o competente procedimento criminal.

Odete Tsamba disse que foi chamada para assinar a escritura constitutiva da EMATUM num hotel

Odete Tsamba foi a segunda declarante a ser ouvida pelo tribunal. À data dos factos era administradora executiva do pelouro das participadas no IGEPE. Sobre a criação da EMATUM, disse que não acompanhou os momentos antecedentes, mas lembrou que foi informada pelo então PCA do IGEPE, Apolinário Panguene, que o Estado estava a criar uma empresa do sector das pescas.

Segundo a declarante, numa reunião do conselho consultivo do IGEPE que estava a decorrer num hotel da Cidade de Maputo, no dia 2 de Agosto de 2013, compareceu o senhor Isaías Siteo, notário do Cartório Privativo do Ministério das Finanças, com a escritura constitutiva da EMATUM para ser assinada. A declarante contou que foi chamada pelo PCA do IGEPE para ir assinar a escritura.



Declarante Odete Tsamba

“Fui ao seu encontro fora da sala de reuniões e ele estava com o senhor Isaiás Siteo. Explicou-me que tinha recebido instrução do Ministro das Finanças (Manuel Chang) para que assinássemos a escritura constitutiva de uma empresa de pescas que ficaria sob gestão do IGEPE”. O PCA do IGEPE já tinha assinado a escritura constitutiva e só faltava a assinatura de Odete Tsamba.

A declarante disse que perguntou ao notário Isaiás Siteo se tudo estava conforme, ao que aquele respondeu afirmativamente. “Assinei a escritura e não tive tempo para ler todo o documento. Não me foi exigido nenhum documento porque o Cartório Privativo tem cópias de documentos dos gestores do IGEPE. Lembro-me que o doutor Isaiás Siteo dizia que estava com pressa, pois precisava de ir recolher outras assinaturas”.

Na acta da primeira assembleia-geral ordinária da EMATUM realizada no dia da criação da empresa, 2 de Agosto de 2013, consta a assinatura de Odete Tsamba. Confrontada pelo Ministério Público, a declarante disse que não participou da referida reunião e não se lembrava se quando assinou a escritura constitutiva constava também a acta da assembleia-geral. “Não me lembro se terei assi-

nado a acta no momento em que fui solicitada para assinar a escritura constitutiva da EMATUM”.

Para além da eleição dos órgãos sociais, a assembleia-geral de 2 de Agosto de 2013 foi decidida a contratação de empréstimo para o fornecimento de equipamento. Odete Tsamba disse que não teve acesso a esses documentos. “Em 2014, a senhora Cristina Matavel organizou um evento público de apresentação das oportunidades de negócio da EMATUM. Fui à reunião para compreender o que é que era a EMATUM e o que é que estava a acontecer. Fui a título individual e não como administradora do IGEPE”.

Odete Tsamba não tem conhecimento de que o IGEPE teria realizado em dinheiro o capital social que subscreveu na EMATUM. Depois de ter assinado a escritura, a declarante disse que solicitou o estudo de viabilidade da EMATUM ao PCA do IGEPE, tendo recebido dois meses depois, via email.

“Na EMATUM não tive nenhum papel de gestão. Não fiz nenhuma acção que era normal fazer com as empresas participadas. Em 2014, recebi o plano de negócios da EMATUM e remeti à direcção do controlo das empresas participadas para a emissão do competente

parecer técnico. Mais tarde tive acesso ao parecer, mas não participei da assembleia-geral que discutiu o documento”.

A declarante disse que tomou conhecimento de que, além do IGEPE, existiam outros accionistas da EMATUM. “Fui informada que outros accionistas era a EMOPESCA e o SISE. Foi assim mesmo como ele falou. Ele disse que era um projecto bom e que eu poderia ter o meu problema com a EMOPESCA resolvido. Fiquei satisfeita porque acreditava que era uma oportunidade de revitalizar a EMOPESCA, uma vez que não estava a operar há anos e só acumulava dívidas e dívidas. Cheguei a pensar que as instalações da EMOPESCA seriam usadas pela EMATUM”.

Questionada que mecanismos o IGEPE tinha para acompanhar o desempenho das empresas participadas, a declarante disse que havia um gestor de carteira que fazia o acompanhamento de planos de negócios de quatro a cinco empresas. “Quando os gestores das empresas tinham dificuldades, eles aproximavam ao IGEPE para discutirmos. A gestão da EMATUM não ficou clara para mim, mas tinha um gestor de portefólio. Foi ele quem emitiu o parecer sobre o plano de negócios da EMATUM”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

